



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO MÉDIO CAMPESINO EM TERRITÓRIO DUQUECAXIENSE: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E DESCONTINUIDADES

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE PEASANT HIGH SCHOOL OF THE DUQUECAXIENSE TERRITORY: HISTORICAL TRAJECTORY AND DISCONTINUITIES



Joanna Angélica Pereira Guimarães Marques 
Unigranrio Afya

Edjan Souza Machado 
Unigranrio Afya

Renata de Almeida Oliveira 
Unigranrio Afya

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no território campestre do município de Duque de Caxias, durante o período de (2013-2023), abordando os aspectos históricos e dados estatísticos que corroborem com o levantamento de hipóteses sobre o tema, bem como sobre o atendimento da população jovem e adulta, a partir dos 15 anos de idade que por algum motivo não teve oportunidade de escolarização, no Ensino Médio, na idade considerada como adequada, e que atualmente, reside no território rural. A EJA, apresenta muitas proximidades com a educação campestre, uma vez as dificuldades enfrentadas para a garantia de direitos educacionais à um público considerado marginalizado desde a sua concepção. Abordar a EJA em área rural na cidade de Duque de Caxias, município do estado do Rio de Janeiro, integrante da Região Metropolitana, considerada como Baixada Fluminense, é trazer para a discussão seu processo de urbanização, e crescimento desordenado, bem como, apresentar ao leitor a concepção de educação disponibilizada e reafirmar a necessidade de garantia de acesso e permanência às estruturas de ensino.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação de Jovens e Adultos. Ensino Médio.

ABSTRACT



This article aims to analyze Youth and Adult Education (EJA), in the peasant territory of the municipality of Duque de Caxias, during the period (2013-2023), addressing the historical aspects and statistical data that corroborate the raising of hypotheses on the subject, as well as on the care of the young and adult population, from the age of 15 who for some reason did not have the opportunity to school, in High School, at the age considered appropriate, and who currently resides in the rural territory. EJA has many similarities with peasant education, since the difficulties faced to guarantee the learning rights to a public considered marginalized since its conception. To address EJA in a rural area in the city of Duque de Caxias, a municipality in the state of Rio de Janeiro, part of the Metropolitan Region, considered as Baixada Fluminense, is to bring to the discussion its process of urbanization, and disorderly growth, as well as to present to the reader the conception of education available, as well as to reaffirm the need to guarantee access and permanence to teaching structures.

Keywords: Rural Education. Youth and Adult Education. Middle school.

1. INTRODUÇÃO

Ainda que amplamente discutida ao longo de décadas de existência, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda possui aspectos a serem abordados, uma vez que se trata de uma modalidade que atende, em grande parte, à classe trabalhadora, muitas vezes esquecida nas políticas educacionais.

No entanto, ainda que seja possível observar avanços em sua trajetória e que esta progressivamente tenha se fortalecido dentro das redes de ensino, ainda há que se refletir sobre a oferta educacional para este grupo, em especial nos territórios rurais, onde os desafios encontrados para acesso e permanência ao ambiente escolar são ainda mais complexos, ganhando esta temática ainda mais relevância quando observadas as denúncias voltadas para o fechamento de escolas localizadas nestes territórios.

Neste sentido, este artigo foi organizado de forma a apresentar brevemente o espaço rural do município de Duque de Caxias, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro e elencar informações relevantes sobre o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos ofertadas em localidade campesina.

Os dados apresentados ao longo do documento, fazem parte da primeira etapa de pesquisa realizada através do levantamento dos Indicadores Demográficos e Educacionais (IDE) do Ministério da Educação (MEC), bem como o Censo Escolar do



estado do Rio de Janeiro, os quais disponibilizaram em suas respectivas plataformas, dados relacionados à educação. Cabe destacar que o documento fará um recorte temporal compreendendo o decênio 2013- 2023.

É substancial ressaltar que apesar dos esforços reunidos para a composição da pesquisa, existem algumas limitações no campo do levantamento de dados, seja pela divergência de informações nas páginas oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), havendo em caráter compensatório, a elaboração de tabelas e gráficos desenvolvidos pelas autoras como forma de ilustrar as mudanças ocorridas durante o período pesquisado.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Duque de Caxias é um município brasileiro localizado no estado do Rio de Janeiro, integrante da região Metropolitana e situado em território conhecido como Baixada Fluminense. Compreende-se como Baixada Fluminense a área que está situada no entorno da Baía da Guanabara, e ainda, alguns municípios mais distantes, sendo esta região, ao longo do século XIX, de grande visibilidade e potencial, provedora de alimentos e madeira para a capital fluminense, além de armazenar e escoar a produção de café advinda do Vale do Paraíba.

No entanto ao longo dos anos, este cenário se alterou, inicialmente sendo destacada por grandes avanços industriais e na atualidade reconhecida como um dos importantes polos comerciais do estado, apresentando-se em uma crescente nesse aspecto, conforme afirma Silveira, 2017:

O município de Duque de Caxias passou por uma metamorfose de seu perfil econômico, que, a partir da virada de século, as atividades de serviços e comércio ultrapassaram, em relevância financeira a agenda industrial que foi, no início, o alicerce político, econômico e social de Caxias. Ou seja, se confirma um setor industrial robusto, numa área agraciada com importantes veios logísticos e tradição histórica, ao mesmo tempo em que as atividades terciárias se avoluma numa cidade que cresce, mas sem maior atenuação das desigualdades sociais (Silveira, 2017, p. 122).



Com população em 2023 de 808.061 habitantes¹, em um território de 467.319 Km², a cidade de Duque de Caxias é a terceira mais populosa do estado, sendo organizada em quatro distritos, nomeados da seguinte forma: 1º distrito-Duque de Caxias, 2º-Campos Elíseos, 3º-Imbariê e 4º-Xerém, conforme mapa ilustrativo a seguir.

Figura 1: Mapa da Divisão distrital.



cidade de Duque de Caxias.

Fonte: Mapa Online de Duque de Caxias, 2024.

No primeiro e segundo distritos concentra-se boa parte da população, sendo estes ainda, os mais desenvolvidos em aspecto de mobilidade, infraestrutura urbanística e demais pontos relevantes para a população, em contrapartida também são as regiões mais afetadas pelos índices de violência.

Já o terceiro e quarto distritos apresentam-se menos populosos, sendo este último o que comporta menor densidade de habitantes e por conseguinte também corresponde ao espaço territorial com maior concentração de áreas verdes e produção agrícola de cunho familiar ou de subsistência.

¹ De acordo com o Censo do Ano de 2022, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Cabe ressaltar ainda, que esta última região distrital é um ambiente cercado por Mata Atlântica e Áreas de Preservação Ambiental (APA), destacando-se dentre elas a APA Petrópolis e APA Tinguá.

Ainda tratando deste tema, segundo o IBGE, o território duquecaxiense possui predominância urbana, sendo 98,7% de sua população inserida em espaço urbano. Desta forma observa-se que o olhar para o território campestre vem passando por transformações ao longo do tempo, as quais, impulsionam a população para um viés urbanizado e cada vez mais afastado da essência daquilo que um dia fora visto como área rural. Tal questão tem suas raízes históricas no processo de crescimento da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, quando da reforma planejada por Pereira Passos, então prefeito da cidade, e que impulsionaram parte da população daquela cidade para Duque de Caxias, bem como para outras regiões periféricas próximas, produzindo uma ocupação desordenada do espaço, justificando-se assim, a produção de aspectos que corroboram para o descolamento desta identidade.

2.2 Contextualização do ensino médio na EJA duquecaxiense

No que diz respeito à educação, há oferta educacional nas esferas privadas e pública, sendo esta última dividida entre unidades de ensino municipais e estaduais. Estima-se que no ano de 2024, existam em média 553 unidades de ensino em todo território.

Segundo dados disponíveis no site oficial da Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal de ensino contemplava 179 unidades escolares, distribuídas pelos quatro distritos atendendo aproximadamente 80 mil estudantes com a oferta de matrículas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Finais, abrangendo também o Ensino de Jovens e Adultos nos segmentos de Alfabetização, Etapas I, II e III- correspondente aos Anos Iniciais e Etapas IV e V correspondente aos Anos Finais do ensino fundamental.

Quanto à divisão distrital é possível afirmar que no primeiro distrito concentram-se 65 unidades, no segundo 56, no terceiro 33 e no quarto distrito um total de 25, o que reafirma a distribuição populacional, concentrando-se o maior percentual de unidades na região do 1º e 2º distritos.



Em relação à oferta de Ensino Médio, destaca-se que a modalidade é disponibilizada pelo sistema estadual, havendo no território 89 escolas estaduais, das quais seis estão localizadas no 4º Distrito.

Há ainda, duas escolas federais localizadas no município, sendo elas o Colégio Pedro II e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, ambos com oferta das modalidades estudadas, as quais não nos aprofundaremos, uma vez sua localização mais central, distanciada do campo de estudo em pauta.

Se analisarmos o mapeamento educacional instalado na região do 4º Distrito, é possível notar a presença de seis escolas estaduais, sendo elas: CIEP 348 Eugênia Moreyra, Escola Estadual Monteiro Lobato, Escola Estadual Santo Antônio, Escola Estadual Barão de Mauá, Escola Estadual do Círculo Operário e a Escola Estadual Hervalina Diniz Pires, conforme representado no mapa a seguir como pontos amarelos.

Figura 2: Mapa da cidade de Duque de Caxias contendo as escolas estaduais do território.



Fonte: Mapa Online de Duque de Caxias, 2024.

Cabe ressaltar que, apesar do quarto distrito apresentar-se como região menos populosa e de características menos urbanas, seu território não é totalmente rural, sendo este espaço mais restrito em proporção ao distrital.

Destaca-se ainda que esta mesma região, Xerém, possuía população média de 52.901 habitantes, conforme afirma o último Censo IBGE (2010), quantitativo

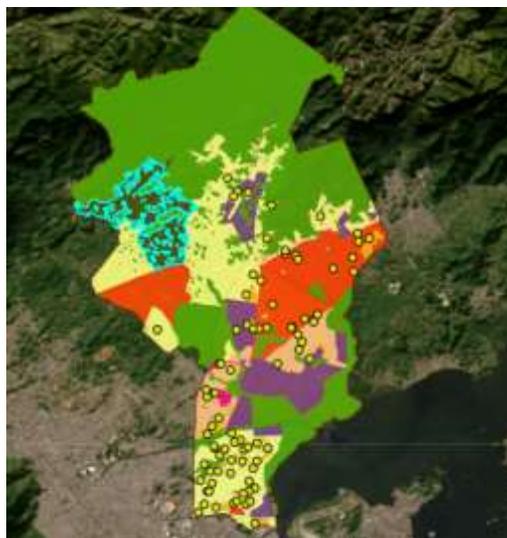


significativo no que diz respeito à necessidade de oferta de infraestrutura educacional e de saúde.

Ao observarmos o mapa apresentado, fica evidente que as escolas estaduais ali localizadas estão mais próximas ao 3º distrito, não havendo instituições nas extremidades do município, indicando nesse sentido, a ausência de oferta escolar para a população dessa região.

Para melhor ilustração, consideramos nessa pesquisa todo território do 4º distrito da cidade duquecaxiense como aquela referente à zona rural, no entanto se levarmos em consideração um recorte apenas do espaço considerado pelo IBGE (2010), o cenário é ainda mais devastador, havendo a inexistência de escolas estaduais nessa localidade, uma vez que segundo o Instituto, somente 0,3% da cidade é composta por espaço rural.

Figura 3: Mapa da cidade de Duque de Caxias, território rural em azul.



Fonte: Mapa Online de Duque de Caxias, 2024.

Observa-se ainda que o espaço territorial municipal rural durante décadas vem sofrendo com perdas consideráveis em proporção a área destinada ao quarto distrito, verificando que seu zoneamento está cercado por espaços considerados como Zona de



Ocupação Controlada², bem como de Zona de Interesse Ambiental³. Nesse sentido aponta-se para uma desvalorização do território rural não apenas em seu espaço físico, mas também seus desdobramentos enquanto espaços que abarcam grupos sociais cujos saberes, a organização de vida e a luta diária vem sofrendo com desconsiderações.

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos e a educação rural caminham por itinerários muitos próximos e possuem características que as unem por similaridade, principalmente quando tratamos do nascimento de suas essências voltadas aos trabalhadores.

Segundo Calazans (1993 p.16) as escolas rurais, tiveram seu surgimento ainda no fim do segundo império e implementaram-se amplamente na primeira metade do século XX. Segundo a autora “É essencial destacar que as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem no campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora”. Compunham essas escolas, escravizados, migrantes e demais indivíduos fossem eles adultos, jovens ou crianças que daquele meio fizessem parte. Muitas vezes com condições precárias, em salas cedidas pelos proprietários das terras e abarcando turmas contendo múltiplos níveis de conhecimento. Demonstrando desse modo, se tratar de uma educação ruralista, tão somente voltada para o trabalhador braçal, sem perspectiva de ascensão, reduzindo-se o currículo e toda a sua organização ao mínimo a ser disponibilizado.

Nota-se ainda na literatura, que a oferta do ensino para o grupo era diferenciado, inferiorizando-a em relação ao que se oferecia em âmbito urbano, para a população mais abastada, perpetuando-se até a década de 30, quando novas reflexões sobre educação surgem no cenário nacional, através do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova.

² Segundo o Plano Diretor da cidade, instituído através da Lei Complementar nº 01 de 31 de outubro de 2016, fica instituída a divisão municipal em zoneamentos, sendo elas: Zona de Ocupação Controlada (ZOC), Zona de Ocupação Básica (ZOB), Zona de Ocupação Preferencial (ZOP), Zona Especial de Interesse Social, Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), Zona Especial de Negócios (ZEN) e Áreas de Reserva (AR). Segundo a mesma normativa em seu Art. 40, considera-se como Zona de Ocupação Controlada todas urbanas e se classificam, segundo seu nível máximo de adensamento permitido, em Controlada, Básica e Preferencial, em função das condições e disponibilidade de infraestrutura urbana, capacidade da rede viária e das diretrizes estratégicas de expansão urbana.

³ Por Zona de Interesse Ambiental, considera-se segundo o Plano Diretor do município, instrumento fundamental de gestão territorial da política ambiental municipal, devendo ser implementadas ações necessárias ao manejo ambiental, à sua consolidação e preservação.



Nesse sentido, pregava-se o viés educacional rural voltado não somente para atender as demandas mercadológicas, mas sim, com sentido campesino, de valorização dos princípios com terra, o que posteriormente fora aprimorado e colocado na atualidade como uma mudança no paradigma do conceito de educação rural para educação campesina, buscando romper com os paradigmas impostos pelo primeiro em detrimento de uma educação que Fernandes & Molina, (2004) defendem como espaço de particularidades e matrizes culturais. Ou seja, um território que esteja vinculado à formação crítica, a resistência, mística da terra e às identidades do povo.

Outros movimentos também foram de muita importância para se chegar ao que hoje reconhecemos como Campo e sairmos da visão ruralista, dentre elas a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, onde dentre outros aspectos priorizou a mobilização da sociedade, bem como dos governos para a formulação de políticas públicas destinadas para o povo do campo, tendo como saldo positivo a publicação do Conselho Nacional de Educação (CNE), propondo as Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo e posteriormente a publicação da Resolução nº 01/2002, que define a identidade da escola do Campo.

Trazer uma nova nomenclatura, modifica não só princípios linguísticos, mas epistemológicos tal qual afirma Fernandes (2004) quando expõe que: “O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem seu lugar, sua identidade cultura [...]” (FERNANDES, 2004, P.137).

Tal levantamento histórico nacional é importante para que possamos compreender, através do recorte temporal proposto neste artigo, os processos de luta, construções e desconstruções vivenciados por esta modalidade até o cenário atual. Cabe destacar ainda que se considerarmos toda trajetória histórica, a educação do campo é algo relativamente recente, uma vez que sugere-se que tenha sido iniciada conforme descreve Caldart, quando diz que:

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho (Caldart, 2012, p. 257-258).



Já no que diz respeito a trajetória histórica da concepção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), podemos destacar que, apesar de não ser possível precisar uma data do surgimento efetivamente desta modalidade de ensino, é possível verificar que alguns vestígios históricos nos fornecem indícios deste marco temporal, quando da passagem dos jesuítas ainda durante o período colonial realizando a promoção de ações educacionais missionárias voltadas para adultos.

Durante esse período, o interesse na educação de adultos estava intrinsecamente ligada aos escravizados, e conforme Damasceno (1993), à necessidade de mão de obra um pouco mais especializada nas atividades de cunho agropecuário, sendo desenvolvidas dentro das fazendas, ofertadas em espaços cedidos pelos proprietários.

Já no século XX, no fim da República Velha há um interesse maior pela temática da educação, sendo promulgada a Lei Rocha Vaz, por meio do decreto nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925 a qual apontou a necessidade de escolas noturnas voltadas para o público adulto, ainda que não fazendo diferenciações entre o estudante adulto do meio rural ou urbano.

Caminhando um pouco mais, iremos nos deparar em 1952 com a introdução da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que tinha como objetivo principal levar a educação fundamental para o homem rural.

Diante de tímidos movimentos, durante o período de modernização agrícola ocorreu o que Molina e Antunes (2014) irão intitular como ‘campo do silêncio’, onde as políticas públicas sofreram com silenciamentos e duras perdas, esse movimento perdurou por duas décadas, especificamente de 1950 até 1970, e por consequência afetando as discussões sobre a educação de modo geral.

É somente a partir da década de 70, através das ideias propagadas por Paulo Freire e com o fortalecimento dos movimentos sociais que pensadores e legisladores voltam a sua atenção para a educação desse público novamente, inicialmente com a inserção do MOBREAL, voltado para a alfabetização de adultos e posteriormente, em 1971 por meio da publicação da LDB nº 5692/71, implantando o ensino supletivo.

Prosseguimos com as demais legislações, chegando até a década de 80 quando do surgimento de alguns programas federais específicos que voltavam o olhar para o campo e para o adulto, sendo algumas de destaque e inclusive tendo seus desdobramentos



aplicados nas esferas estaduais, dentre os quais podemos destacar: ProJovem Campo- Saberes da Terra⁴ e o Procampo⁵. É importante destacar que a maioria dos movimentos em âmbito nacional eram voltados mais para a carência do estudante, do que para suas potencialidades, excetuando-se aos ideais de educação propostos por Freire, a maior parte dos materiais pesquisados para aplicação nas escolas noturnas no meio rural eram dissociadas da realidade e muitas vezes infantilizadas.

Até chegarmos à LDB 9394/96, onde esta modalidade passa a ser vista com caráter não só de correção e alfabetização, muitas trajetórias foram estabelecidas, culminando na atualidade para um currículo mais amplo e diversificado, ainda que esteja longe do ideal.

Cabe ressaltar ainda que ao longo dos anos a oferta de matrículas na EJA, principalmente em território rural se deu através de medidas que não favoreciam a população, sendo por vezes organizadas em classes multisseriadas, o que exigia dos professores um planejamento abarcando os diversos níveis de aprendizagem e múltiplos currículos, bem como, quando da organização das turmas por o nucleação, nomenclatura dada às escolas-núcleo, centrais, urbanas que recebiam estudantes oriundos de espaço rural, não respeitando-se a proximidade com seus familiares, sua comunidade e seus modos de vida, reforçando ainda muitos estereótipos para esse público.

Romper com a dicotomia entre o rural e o urbano foi, e continua sendo, de grande relevância. Isso estabelece um protagonismo para a população dessas áreas e modifica o nivelamento anteriormente estabelecido, que relegava a essa população uma educação inferiorizada, subjugada e muitas vezes vista como incompetente para prosperar.

Se observarmos toda a trajetória da educação do Campo na modalidade EJA, suas lutas por reconhecimento e legitimidade é possível considerar que todo esse peso faz

⁴ ProJovem Campo-Saberes da Terra foi um programa do Governo Federal que associou-se ao ProJovem, tendo início no ano de 2005 ofertando escolarização e formação profissional aos jovens agricultores de 18 a 29 anos que não haviam concluído o ensino fundamental.

⁵ Procampo foi instaurado no ano de 2009 e ficou reconhecido como um programa de apoio à formação superior em licenciatura em Educação do Campo, voltados com prioridade para profissionais da educação atuantes em escolas rurais.



parte do cotidiano de seus usuários, os quais são desafiados continuamente em relação ao processo de acesso e a permanência.

Considerando o Campo duquecaxiense é possível notar que muito de seu território ainda possui pouca mobilidade urbana, havendo escassez de transporte público, por conseguinte dificuldade de acesso dos professores e demais profissionais às escolas, o que em certa medida geram obstáculos à manutenção de oferta de vagas nesses espaços.

Há que se relatar ainda as constantes lutas para a abertura e conservação do funcionamento de turmas com poucos estudantes inscritos, muitas vezes, justificando-se pelos órgãos mantenedores que os custos não justificam a continuação de unidades escolares abertas para atender a poucos estudantes, optando-se muitas vezes pelo encerramento das atividades e nucleação de escolas.

Quando abordamos especificamente os índices relacionados à oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, segundo dados do INEP (2023) temos o seguinte cenário:

Quadro 1- Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por esfera

MUNICÍPIO	ANO	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR ESFERA			
		MUNICIPAL RURAL		ESTADUAL RURAL	
		FUNDAMENTAL	MÉDIO	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Duque de Caxias	2013	0	0	0	0
	2014	0	0	0	146
	2015	0	0	10	177
	2016	0	0	0	158



2017	0	0	0	182
2018	0	0	0	0
2019	0	0	0	196
2020	14	0	0	0
2021	23	0	0	0
2022	25	0	0	0
2023	21	0	0	0

Fonte: Adaptado de INEP (2023).

Considerando que a população rural do município, de acordo com os dados do IBGE (2013) representava cerca de 2.142 pessoas residentes nesse território, há que se aprofundar as pesquisas para a compreensão entre oferta e demanda reprimida de atendimento nessa modalidade.

Observa-se uma queda na oferta de matrículas de EJA em território rural no ensino médio, extinguindo-se a partir do ano de 2020. Essa redução aponta para duas hipóteses iniciais: a primeira refere-se à ausência de público que justifique a abertura de turmas nessa modalidade; a segunda, à possibilidade de que os estudantes dessa faixa etária tenham sido absorvidos por escolas regionais ou nucleares. Ambas as justificativas evidenciam um reducionismo para a população, uma vez que, ainda que existam vagas em escolas próximas, não há garantia de estrutura necessária para o acesso e permanência dos alunos na escola.

Atualmente a Educação de Jovens e Adultos vem passando por transformações no sentido do público a ser atendido, se ao longo do seu processo histórico a modalidade era voltada para adultos e idosos, nos últimos anos constata-se o aumento da procura por vagas para adolescente acima de 18anos, o que redesenha esses espaços e volta o olhar para a reestruturação do currículo a ser desenvolvido para esses estudantes, tendo em vista que muitas vezes são jovens que já atuam no mercado de trabalho informal, e que



trazem uma bagagem em sua trajetória acadêmica de muitos fracassos, retenções e certa resistência ao ambiente educacional, mas que por força da lei, permanecem nos bancos escolares, conforme declara Andrade (2004, p.45) quando diz que: "[...] Na escola de EJA estão os jovens reais, aos quais, o sistema educacional tem dado as costas. Percebê-los significa a possibilidade de visibilidade a esse expressivo grupo que tem direito à educação".

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (SME-DC), em 2023 havia 376 estudantes, entre anos iniciais e finais, regularmente matriculados nas turmas de EJA no 4º Distrito, sendo 117 deles na Etapa V, equivalente ao 8º e 9º anos. Isso aponta para a migração desse público para o ensino médio no ano seguinte. Outro aspecto relevante diz respeito à continuidade do processo educativo dos estudantes dessa região ao ingressarem no ensino médio.

É substancial destacar que a Rede Municipal de Ensino atende à Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e EJA, ficando sob responsabilidade do estado a oferta de matrículas no Ensino Médio. Desse modo, considerando que desde 2020 não há oferta em escolas rurais, aponta-se que os estudantes interessados estejam migrando para unidades de ensino consideradas urbanas, enfrentando diversas questões conforme já citadas anteriormente.

Cabe evidenciar que, de 2010 até 2018, conforme citado por Silva (2019) no 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia, houve queda significativa no percentual de matrículas dos estudantes da EJA no âmbito estadual. Silva afirma: “Na Educação de Jovens e Adultos houve uma redução de 81% (119.776 matrículas) no Ensino Fundamental e de 29,4% (41.411 matrículas) no Ensino Médio, incluindo-se as modalidades presenciais ou não”. Isso destaca ainda mais a desconstrução da EJA no âmbito estadual mencionada anteriormente.

3. A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO RURAL

O fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro tem sido alvo de grandes debates e gerado muitas preocupações, uma vez que tendo como referência os



dados do Censo Escolar de 2020, é possível constatar que 94,1% das matrículas da zona rural são atendidas por meio de escolas públicas, sendo este o grande intermediário em relação ao acesso à educação e seus desdobramentos.

Conforme informado anteriormente, a rede estadual é a responsável no território duquecaxiense pela oferta e manutenção de matrículas de EJA no ensino médio, e que apesar de ser detentora de diversos modos de atuação para esta modalidade, há que se levar em consideração que nem todas possuem viabilidade para aqueles que desejam dar prosseguimento aos seus estudos, especialmente, quando abarcando o formato híbrido ou à distância, uma vez as dificuldades de acesso à internet, bem como em relação à mobilidade para deslocamento até os espaços escolares, muitas vezes urbanos.

Outro dado importante e que corrobora com o processo de invisibilidade da população camponesa está no fato de que 97,4% das matrículas⁶ do ensino médio estão localizadas em áreas urbanas, percebendo-se dessa forma, que apesar de se tratar de um direito garantido por lei, o cumprimento do mesmo não vem ocorrendo de forma a atender as demandas da população camponesa.

A precarização, é constatada não somente pela ausência de oferta em escolas localizadas em região rural, mas também pela inobservância nos documentos norteadores, publicados pela SEEDUC, de um currículo voltado especificamente para este público e apesar de não ser nosso tema principal, consideramos necessário um breve apontamento sobre o mesmo, uma vez que dialoga com o que nos propomos na pesquisa.

Diante de tantas desconstruções relacionadas ao acesso do estudante à educação no espaço camponês, conforme apontado ao longo do estudo, há que se refletir também sobre o currículo a ele ofertado, ou seja, ainda que passando por inúmeros obstáculos para se manter na escola, qual será a educação ofertada para ele no ensino médio, na EJA camponesa? Abarca em seu cerne princípios que favoreçam a manutenção do estudante neste ambiente e estejam vinculados ao seu cotidiano?

⁶ De acordo com o censo escolar 2020.



Sendo o currículo um campo entremeado de ideologias, cultura e relações de poder há que se refletir sobre o que está posto no Currículo Referencial do Ensino Médio (Regular e Educação de Jovens e Adultos), publicado no ano de 2022 pela SEEDUC.

Segundo Silva (1996, p.203), a definição de currículo é colocada da seguinte forma:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (Silva, 1996, p.203).

A partir desta citação destacamos a importância das identidades sociais, e em se tratando da EJA campestre, sobre a relevância dos aspectos culturais para a institucionalização dos saberes por ela construídos, valorizando-os dentro do território. No entanto, é importante ressaltar que quando analisado o documento é possível verificar que o mesmo é composto por dois grandes campos sendo eles denominados de: Eixos Estruturantes e Parte Diversificada, contemplando o primeiro com as temáticas de investigação científica, processos criativos, mediação/intervenção sociocultural e empreendedorismo, seguindo o estabelecido através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já no que diz respeito à Parte diversificada o documento esclarece que: “[...] o planejamento da Parte Diversificada (Itinerário Formativo ou Núcleo Articulador) deverá constar no Projeto Político Pedagógico da escola, priorizando o exercício da autonomia e retratando a identidade da unidade escolar” (SEEDUC, 2022 p.10).

Nesta trecho, é possível evidenciar que encoberto pelo discurso de autonomia e identidade de cada unidade escolar, esconde-se uma ausência de objetividade para questões campestres. Ora, se os estudantes atendidos na EJA /Ensino Médio no território duquecaxiense não estão em espaços reconhecidos como rurais e precisam se deslocar para outros espaços, certamente o currículo que abrangerá as unidades escolares em questão serão apenas direcionadas para o bloco maciço de público atendido e muitas vezes não respeitando-se aqueles oriundos de outras regiões e seus interesses temáticos.



No catálogo de itinerários formativos, são estabelecidas quatro propostas de organização curricular para EJA, conforme quadro abaixo.

Quadro 2- Proposta de Itinerário Formativo EJA- Ensino Médio

PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO ⁷				
Categoria de Itinerários	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4
EJA- Linguagens e suas tecnologias	ConectEJ@	EJARTE	Brasilês	MoviMente
EJA- Matemática e suas tecnologias	Gestão saudável do meu dinheiro	Dá o papo na Álgebra	Que comecem os jogos!	Geometria nas cidades inteligentes.
EJA- Ciências da Natureza e suas tecnologias	Pegada Ecológica: qual é a sua?	Medicamentos para leigos	Se liga na energia limpa	Desenvolvimento e Tecnologia Social e sustentável
EJA- Ciências humanas e sociais aplicadas	Educação Popular	Ação Antirracista	O Rio de Janeiro de todos nós	Ciência, tecnologia e sociedade.

Fonte: Produção das autoras(2024)

Não pretendemos, neste artigo, nos aprofundar nas questões curriculares, no entanto observando o quadro proposto é possível acreditar que dentro das ações propostas não é possível notar alguma especificação para as escolas rurais, o que nos faz partir do pressuposto de que existe uma ausência de temáticas para este grupo. Muito ao contrário, quando prosseguimos com a leitura do documento, é possível observar alguns detalhes para cada uma dessas propostas, o que evidencia a prevalência de um currículo urbano.

Como forma de ilustrarmos, na proposta EJARTE, há uma subdivisão com dois componentes curriculares sendo eles: A Linguagem na Arte Brasileira e Arte Urbana.

⁷ Tabela adaptada pelas autoras a partir do quadro apresentado no documento de referência, intitulado Catálogo de Itinerários Formativos para o Ensino Médio- SEEDUC/2022.



Somente neste primeiro aspecto é possível afirmar o que estamos apontando, ou seja, hierarquização de temáticas urbanas.

Dando prosseguimento foi feita uma breve pesquisa pela palavra “Rural”, a qual não foi encontrada nenhuma menção, também lançou-se os termos: “campo”, “campesino(a)”, nos quais foram estabelecidas apenas vinculações com similaridade de área, e nenhuma vertente voltada para o que estava proposto na pesquisa, não ficando explicitado no currículo proposições para este público, reforçando ainda a ausência de política voltada para o mesmo.

Em todo documento voltado para EJA, não há observância de nenhum tópico voltado para a identidade rural. Tal particularidade será vista somente quando do currículo para o Ensino Médio Regular, quando disponibilizada a trilha de aprendizagem: “extensão rural, economia e políticas públicas” o que fortalece o princípio de uma educação diferenciada para os trabalhadores.

Pesquisou-se também o termo “ecologia”, “agricultura”, “agro” e “agro-ecologia”, havendo somente aparecido o termo ecologia no referencial bibliográfico e os demais termos sem nenhuma aparição, já sobre o termo “sustentabilidade”, surge em quatro episódios do documento, no entanto somente no itinerário de matemática, relacionado-se o termo ao significado de economia.

Para além dos aspectos já citados é importante ressaltar que há apontamentos ao longo do itinerário de Ciências da Natureza e suas Tecnologias que abordam sobre o consumo sustentável, exploração consciente dos recursos naturais, o que na abrangência da educação campesina é algo reducionista.

O que se observou é que, ao se implementar o pacote de nucleação de escolas, fechamento de unidades rurais e optar-se pelo simplismo curricular, a lógica de uma educação elitista é reforçada, ampliando ainda mais as desigualdades vistas e vivenciadas por essa população desde a sua concepção.

4. CONCLUSÃO



Iniciamos a exposição deste artigo propondo uma reflexão sobre o processo de formação do território rural e posteriormente sobre a identidade campesina, apontando-o dentro das escolas estaduais que ofertam EJA no município de Duque de Caxias, o fizemos apresentando dados pesquisados que apontaram para a não oferta desde o ano de 2019 de escolas voltadas para esse público, objetivando apontar o quanto se tem dificultado e porque não, negado aos jovens, adultos e idosos o direito de acesso ao conhecimento oficial.

Demonstramos ainda, através da construção histórica do território brasileiro, os impactos que as decisões nas esferas federal e estadual impactam na configuração da realidade do povo que reside no campo, reforçando a exclusão histórica desses indivíduos e reforçando a ideia dicotômica imposta por muito tempo de um espaço rural totalmente pobre, não escolarizado e incapaz, e sinalizando nesse sentido uma supremacia urbana, o que difere do que se espera dessas relações como complementares e igualitárias.

Apontamos para a invisibilidade do campo no currículo proposto para as escolas estaduais que ofertam Ensino Médio na EJA, tendo em vista demonstrar que a ausência de determinados temas e nomenclaturas destroi gradativamente o desenvolvimento das potencialidades humanas, do modo de vida camponês, da cultura, da importância do uso consciente da terra, e empurra pouco a pouco esse grupo para uma marginalização de seus saberes e práticas.

Ao se propor um currículo que tem em seu escopo tão somente a vertente urbana, reproduzindo valores de uma sociedade que visa o lucro, a competitividade, o uso de produtos ultraprocessados, o afastamento com o que é intrínseco à natureza humana, que reforça a ideologia do consumo, que se constroi se sobrepondo e dizimando ao que lhe parece diferente teremos cada vez mais a submissão à ideologia dominante.

Como resultado, propomos uma reflexão sobre o atual currículo imposto, promovendo o acesso ao estudante aos conhecimentos e tradições culturais, bem como a oferta de matrícula em escolas exclusivamente rurais.

O artigo não se encerra em si pois faz-se necessário revisar os aspectos identitários do território e da comunidade campesina que a compõe, os quais notadamente vem ao longo de décadas sendo descaracterizados, com o crescimento



populacional desordenado e o processo desmedido do uso do solo e do espaço rural. Consideramos ainda que a ampla divulgação nas escolas do processo histórico de formação do município poderiam em certa medida subsidiar para um processo de fortalecimento das raízes históricas e das trajetórias do povo duquecaxiense. Em síntese, é necessário resgatar a luta por esse território quase esquecido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane (orgs.). Educação de jovens e adultos. RJ: DP&A, 2004. 158p.

_____; MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia Meire S. Azevedo. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 5.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020** : resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. 70 p. : il.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: DF, 2002.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo. Educação do Campo**: reflexões a partir da tríade Produção - Cidadania - Pesquisa. In: SANTOS, C. A. dos (Org.). Por uma Educação do Campo: Campo - Políticas Públicas - Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 7).

FERNANDES, B.M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul**, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez. 2014



NORA, P., & Aun Houry, T. Y. (2012). **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*.

SEEDUC. **Currículo Referencial do Ensino Médio**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/curriculo-referencial>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

SEEDUC. **Catálogo de Itinerários Formativos**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [catalogo-if.pdf \(educacao.rj.gov.br\)](#) Acesso em: 06 de junho de 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVEIRA, L.A., and RIBEIRO, M.Â.C. **Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena**. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. orgs. *Revisitando o território fluminense*, VI [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 209-258.

Sobre os autores

Joanna Angélica Pereira Guimarães Marques

Mestranda do PPGHCA- Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, bolsista pela CAPES, Pedagoga, possui psicopedagoga, especialista em gestão educacional, Orientadora Educacional da rede municipal de Duque de Caxias (RJ) desde 2005 e atualmente Técnica do Departamento de Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação do mesmo município realizando coordenação cooperativa do Programa de Educação Integral, e das Escolas do Campo municipais. Email: joanna_a_marques@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1446-5526>

Edjan Souza Machado

Mestranda do PPGHCA- Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, bolsista pela CAPES, Psicóloga, Professora e Implementadora Pedagógica do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional na Secretaria Municipal de Educação do município de Duque de Caxias (RJ). Membro do Grupo de Pesquisa de SATEDES-CNPq. Email: djnpsi@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4568-0326>



Renata de Almeida Oliveira

Doutora em Memória Social (UNIRIO). Mestre em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas (UERJ), com Pós-doutorado em Cultura e Territorialidades (2021) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Políticas Sociais (2022) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É pós-graduada em Produção Cultural (2017) pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e ampla formação interdisciplinar em história, pedagogia, produção cultural e psicopedagogia. Professora na UNIGRANRIO, UERJ e UFF, coordena o grupo de pesquisa LABCEMA e é Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Atua em memória, cultura, educação e produção cultural, com experiência em projetos de impacto social, como o Programa Escolas do Amanhã (UNESCO) e iniciativas culturais no Rio de Janeiro. Também possui experiência em gestão de projetos e políticas culturais. Suas áreas de pesquisa incluem história do Brasil, ensino de história, antropologia das religiões e educação crítica. Email: cultura.renata@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6764-3287>

Tramitação:

Recebido em: 30/082024

Aprovado em: 06/01/2025